

REVISTA / **DOS** **CENTENÁRIOS**



N.º 5 — 31 de Maio de 1939 — ANO I



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

<i>APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS DE 1580 A 1640 — I-Conseqüências imediatas — Dr. Manuel Múrias.</i>	<i>1</i>
<i>GUIMARÃIS — Dia um de Portugal — Dr. Alberto d'Oliveira</i>	<i>7</i>
<i>PROGRAMA CALENDÁRIO DAS FESTAS NACIONAIS DE 1940</i>	<i>9</i>
<i>CASTELOS DE PORTUGAL — Leiria e Óbidos — Cap. Jor- ge Larcher</i>	<i>21</i>
<i>LEGISLAÇÃO.</i>	<i>25</i>
<i>REVISTA DA IMPRENSA</i>	<i>26</i>
<i>NOTAS VÁRIAS</i>	<i>29</i>

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DOS DOMÍNIOS UL TRAMARINOS DE 1580 A 1640

I

CONSEQÜÊNCIAS IMEDIATAS

A situação jurídica dos domínios ultramarinos portugueses sob a administração dos reis castelhanos ficou definida nos Capítulos VI, VII e VIII, dos chamados «capítulos do Duque de Ossuna», confirmados pela «Patente das mercês, graças, privilégios, de que El-Rei dom Philippe nosso Senhor fez merce a estes seus Reynos» (1)

No Cap. IV prometia Filipe II que «todos os cargos superiores, e inferiores, assi da justiça, como da fazêda, e do governo dos lugares, se provejã a Portugueses. E não a estrangeiros» e no cap. V que «nestes reinos haja sempre todos os officios que em vida dos Reis houve, assi da Casa Real, como do Reino, e que sejam providos nelles Portugueses, os quais sirvão os mesmos officios, quando Sua Magestade, e seus successores vierem a estes reinos».

E logo acrescenta:

«Cap. VI. Que o mesmo se entêda em todos os outros cargos grandes, & pequenos, de qualquer qualidade & maneira q̄ sejam, assi do mar como da terra, que agora ha, & se houverẽ de servir nestes reinos, & senhorios delles, ou se criarem de novo. E que as guarnições de soldados, que houverem de star nas fortalezas delles, sejam Portugueses.

«Cap. VII. Que os tratos da India, Guinê, & de outras partes pertencentes a este reino, assi descubertas, como por descobrir, não se tirem delles, nem aja mudança, do que ao presente se usa. E q̄ os officiaes, que andarẽ nos ditos tratos, & navios delles, sejam Portugueses, E naveguẽ em navios Portugueses.

«Cap. VIII. Que o ouro e prata, que se lavrar ã moeda nestes reinos & senhorios

(1) Foi publicada modernamente na Collecção de leis e subsidios para o estudo do direito constitucional portuguez por J. J. Lopes Praça. Coimbra, 1893, p. 205.

delles, (que será todo o que vier aos mesmos reinos pertencêtes a seus senhorios) se lavrarão com os cunhos de armas de Portugal, sem outra mestura.»

No cap. XXIV, quanto ao provimento das armadas, estabelece-se:

«Cap. XXIV. Que no provimento das armadas da India, & das demais para defensão do reino, & castigo dos cossaios, & conservação das fronteiras de Africa, S. M. mândara tomar cõ este reino o asiento, q̄ parecer q̄ convê, ind q̄ seja cõ ajuda dos outros seus stados, & muito mais custo de sua Real Fazenda.»

Nêstes têrmos é bem de ver que os domínios portugueses continuavam independentes do império ultramarino castelhano: — senhorio da corôa de Portugal e não da de Castela; — continuavam independentes, ao menos em princípio, na ordem jurídica.

E o mais curioso é que, precisamente, o «estado do povo», — posto que tivesse aceitado as promessas de Filipe II — solicitava outras concessões, que poderiam vir a pôr em risco a independência do império português.

Com efeito, no «capítulo IX do stado dos Povos» pede-se que «se habilitem os Portugueses, para irem aas conquistas dos reinos de Castella, & os aja para este effeito por naturaes della, havendo respeito aos outros naturaes doutros reinos vossos vassallos terem liberdade de poderẽ ir aas Indias & cõquistas de Portugal, & nunca lhe ser defeso. E se alguns Portugueses ora estão nas ditas partes Voss Majestade lhes perdoe, toda a culpa em que tem encorrido, & gozem todos desta merce.»

Filipe II responde com evasivas: «— Eu terei lēbrança do que me apontaes neste capitolo, & procurarei nisso, na forma q̄ me parecer, q̄ mais convem a meu serviço, & a bem destes meus reinos. E quãto ao perdão que me pedis, eu me enformarei deste caso, & proverei nelle no melhor modo, que puder ser.» (1)

Os estados não tinham em Tomar representantes dos domínios ultramarinos, é o que é: e deixavam-se, por isso, vencer pelos interesses comerciais: — como desejavam poder enviar navios a comerciar nas Indias de Castela, por serem tão ricas, já então, de ouro, prata e pedrarias, não lhes importava de abrirem as portas dos domínios portugueses às influências castelhanas.

(1) Deve notar-se que não só nesta, mas em outras ocasiões, os pedidos dos estados eram mais atentórios da independência nacional do que o que Filipe II por então desejava, — nomeadamente no que diz respeito às alfandegas fronteiriças, que não desapareceram nunca, embora lho solicitassem as Côrtes de Tomar: «não posso ao presente responder» — dizia o Rei «por ser matéria em que convem serem ouvidos os outros meus reinos, com os quaes terei lembrança, de os mandar cõmunicar.»

Deve dizer-se todavia que, em regra, as promessas de Filipe II, quanto às conquistas portuguesas (e só neste capítulo interessa ao nosso estudo) foram guardados: — mais ao diante se apontarão casos em que o não foram e se explicará porquê.

Assim, em princípio, os domínios portugueses no ultramar, como, aliás, a metrópole, mantiveram a independência, governados de Lisboa e com administradores portugueses. As circunstâncias, porém, de-facto, e a-pesar-disso, modificaram-se totalmente, em virtude da nova posição tomada na Europa.

Os reis de Portugal tinham conseguido manter na Europa até 1580 relações de amizade com todos os países, católicos ou protestantes. Dentro do país defendeu-se com toda a energia, é verdade, a unidade religiosa; a-pesar-disso, porém, conseguira realizar-se uma esplêndida política de isolamento das questões em que a Europa se dividia. Empenhados na grande obra de expansão e colonização iniciada século e meio antes, só interessou a Portugal a anarquia europeia para se defender dela, vivendo, todavia, em paz com todas as nações.

A Espanha, por seu lado, presa desde Carlos V aos destinos da Casa de Austria, não pudera eximir-se a intervir nas graves questões políticas e religiosas que então se decidiam na Europa.

Precisamente na hora em que se aclamava Filipe II em Tomar, prosseguia a luta contra o primado da Casa de Austria; e a Espanha, directa ou indirectamente, encontrava-se em guerra aberta ou surda com a França, a Inglaterra, e a Holanda.

Mesmo que a aclamação de Filipe II desse a Portugal, perante a Espanha, apenas a situação de aliada, já isso era bastante para lhe acarretar inimigos poderosos, que não tinha; e dois dêles, a Inglaterra e a Holanda, não tardariam a pôr em risco a integridade do império português.

Por um lado, Portugal não poderia evitar as agressões dos inimigos antigos do seu novo Rei; pelo outro, evidentemente, não seria lícito esquivar-se a colaborar nas acções militares de Filipe II.

O primeiro e mais grave acto dessa colaboração efectuou-se com a Armada Invencível, na qual se perdeu o melhor das esquadras de Portugal.

Acresce que a desgraçada situação financeira do Reino e das conquistas não permitiram a restauração naval imediata, pelo que, desta forma, os domínios portugueses ultramarinos se viram logo obrigados a contar quasi exclusivamente com os recursos próprios para repelir os ataques de franceses, ingleses e holandeses.

Depois, naturalmente, por não ter inimigos declarados na Europa, Portugal não

preparara os seus domínios para os grandes assaltos: — tirante S. Jorge da Mina, na Costa africana e o Oriente quasi não havia fortalezas capazes de resistir em condições aos assaltos organizados pelas grandes nações marítimas da Europa.

Além disso, o império português, com excepção do Brasil, era constituído por zonas de influência e comércio, defendidas por feitorias ou fortalezas e pelas armadas. Os socorros, portanto, tornavam-se difíceis as mais das vezes; e com a diminuição do poder naval quasi sempre tardios.

Por outro lado, não só se ganharam inimigos que não tínhamos; perderam-se os melhores clientes, que passaram a ser os concorrentes mais perigosos.

O próprio Estado espanhol fôra, no fim de contas, prejudicado com o que poderia considerar-se, à primeira vista, um triunfo — aclamação de Filipe II como Rei de Portugal, pois teve de atender também às conquistas portuguesas, quando já lhe seria difícil defender o seu extenso império, atacado ao mesmo tempo e com igual impeto.

A sua decadência (sirva de lição a história) começou então, e não somente a decadência política de Portugal: — a decadência política, diremos, pois o espirito de nacionalidade manteve-se a-pesar-de tudo e soube aproveitar todos os ensejos para salvar o que era possível salvar, e manter, contra tôdas as dificuldades e em tôdas as condições, os fundamentos da restauração do Império na hora própria.

MANUEL MÚRIAS



GUIMARÃIS, DIA UM DE PORTUGAL

Nos últimos dias de Abril do próximo ano (que Júlio Dantas tão bem denominou o Ano Aureo), quando já tiverem despontado as primeiras rosas da primavera nos mil canceiros de que se compõe este jardim que é Portugal, dar-se-á o sinal, em Lisboa, do início oficial das festas do Duplo Centenário. E na sua Sé restaurada, onde já se cantou há oito séculos o Te-Deum da Reconquista, entoar-se-á agora o da gloriosa e provecta idade da Pátria, rodeando-se tão solene cerimónia de todos os ritos e galas — alguns quasi caídos em desuso — que a Santa Sé, pelos tempos fóra, concedeu privilegiadamente ao Patriarcado da capital lusitana. Tôdas as Sés de Portugal e seus domínios farão côro simultâneo com a de Lisboa. E, logo a seguir, os poderes do Estado, em numerosa e brilhante representação, com os chefes do Estado e do Govêrno à sua frente, e o corpo diplomático no seu séquito, transportar-se-ão à ilustre cidade de Guimarães, berço da Nação, para ali inaugurarem, com a maior pompa, as festas que desde êsse momento, e por espaço de seis meses, electrizarão os corações portugueses em tôda a extensão do território do Império. Do alto do venerável Castelo, onde nascemos como Nação, pronunciará o Dr. Salazar a mensagem ou proclamação inaugural, logo radiodifundida a todo o Mundo luso-brasileiro, e na qual já de antemão sabemos que serão ditas palavras destinadas à História, palavras que se não apagarão mais dos fastos nacionais, palavras à altura dos factos que se hão de celebrar e do homem que será porta-voz delas, um e outros no mesmo nível de grandeza e de glória.

Bem merece Guimarães êsse privilégio, que já alvoroça com motivo os seus habitantes. Em verdade todos os Portugueses são, em certa medida, vimaranenses, pois foi ali, na decisiva batalha de S. Mamede, que raiou a aurora da Pátria, e foi dentro dos muros da fidalga vila que se desdobraram os primeiros capítulos da nossa existência. O «Dia Um de Portugal» foi em Guimarães que rompeu e ninguém lhe pode disputar tal primazia. Côrte dos nossos primeiros Reis, lugar de grande devoção para todos êles, apanágio da casa de Bragança desde a origem desta, sede de uma das mais famosas Escolas do Reino — o Convento da Costa, ainda hoje viçoso no esplendor dos seus jardins sem par — Guimarães tem parte não pequena no «Dia Dois» da independência nacional, que foi Aljubarrota, pois é à sua Colegiada de Santa Maria da Oliveira, um dos grandes santuários da Península, que El-Rei D. João I oferece, logo depois da vitória, talvez a mais preciosa das suas presas de guerra: o altar de prata doirada, tomado a Castela, que ainda hoje se pode admirar no Museu Alberto Sampaio, e onde sem dúvida se há de celebrar a missa campal de 1940.

Cheia de poesia e de encanto há-de ser, a olhos nacionais e estrangeiros, essa hora inicial de Guimarães. Sentiremos todos a antiguidade da Nação, veremos nas próprias ruínas, ainda tão grandiosas, do seu Castelo, o símbolo de quanto vivemos, de quanto durámos,

de quanto fizemos. Do alto dessas muralhas sagradas partimos, primeiro à conquista do território com que formámos o Reino, e depois, quando êste ficou tão sólidamente constituído que ainda é imutavelmente o mesmo, à conquista, à descoberta e à evangelização e colonização de mais de meio mundo. Todos sentiremos uma vez mais, e nunca será demais, que Portugal foi um milagre, que a sua história mais parece lenda, e que não podemos exonerar os nossos ombros, por mais debeis, da obrigação imprescindível de mantermos e aumentarmos, quanto possível, a herança recebida. Aos povos foi dada por Deus a faculdade, negada aos homens, da sua ressurreição nêste mundo. A velhice só para êles existe quando são incapazes de renovação. Não é, graças também a Deus, e como o estamos testemunhando, o nosso caso.

Mas a visita a Guimarães ainda nos trará outras evocações proveitosas. Já há anos me referi à diferença de ritmo e de carácter, à verdadeira dualidade da nossa história, antes e depois da dinastia de Aviz. Até D. João I, Portugal é uma Nação agrícola e guerreira, ciosa de independência, íntegra e tenaz de carácter. A partir do reinado do Mestre de Aviz, somos, e ficámos sendo, uma Nação de heróis e de nautas, e também de aventureiros e mercadores. O primeiro Portugal nasceu em Guimarães. Era mais ária e mais loiro, e da sua forte e sã personalidade dão testemunho as páginas da nossa viril história medieval. O segundo, mais africano, moreno e moiro, é o que ainda está diante dos nossos olhos. No primeiro predominou o Norte; no segundo, o Sul.

Foi o Infante D. Henrique que rasgando na casa portuguesa a janela que deita para o mar, inundou de luz nova a nossa vida e criou ambições maiores no país inteiro. Os descobrimentos eram obra de alcance universal, susceptível de mudar, como mudou, o rumo da civilização. A nossa pequenina existência regional, por mais equilibrada e normal que fôsse, perdeu logo o interêsse. A fachada de Portugal passou a ser Lisboa.

Ainda há hoje quem faça côro ao velho do Restelo, deplorando a mudança. Mas são entes de vista curta. Outros, sem irem tão longe, lamentam que as nobres regiões minhotas, transmontanas e beiroas, de uma austeridade quási helvética, e ainda tão intactas e tão portuguesas, não influam mais sôbre a oriental Lisboa, de alma um pouco boémia, e que, a-pesar dos seus defeitos, vence sempre.

Teriam razão se assim fôsse. Mas a verdade é que o Sul é constantemente vitalizado e colonizado pelo Norte e que as virtudes dêste vêm permanentemente em auxílio daquêle. O Norte ficou, de facto, para sempre nas trazeiras da Nação, porque lhe faltou o Tejo, e, talvez, também um pouco do génio do mando, da audácia, da capacidade atractiva, que deram estilo a Portugal e neutralizaram outros êrros meridionais. Mas consulte-se o rol dos nossos maiores homens e lá se encontrarão os do Norte quási sempre ao leme da nau. Agora mesmo, quem nos governa, alumia e guia — senão um Beirão de todos os costados?

ALBERTO D'OLIVEIRA

(Do Diário de Notícias de 13 de Fevereiro de 1939)

PROGRAMA CALENDÁRIO DAS FESTAS NACIONAIS DE 1940

1.ª ÉPOCA

5 A 19 DE MAIO

MAIO, 5 (Domingo).

De manhã, *Te-Deum* na Sé Patriarcal e em tôdas as Sés, colegiadas e velhas igrejas matrizes de Portugal e do Império. À tarde, sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa, em que S. Ex.^a o Presidente da República inaugurará as festas nacionais de 1940; à mesma hora, actos solenes em tôdas as Câmaras Municipais da Metrópole e das Colónias, e nas Embaixadas, Legações e Consulados de Portugal, unindo, no mesmo sentimento da Pátria, todos os portugueses dispersos no Mundo. À noite, sessão solene na Assembleia Nacional.

MAIO, 7.

Festas comemorativas da Fundação, em Guimarães. Alvorada de trombetas; ocupação do terreiro do castelo por homens de armas do século XII. Cortejo das flôres. Missa campal. Discurso de S. Ex.^a o Presidente do Conselho. No castelo, o Chefe do Estado hasteia a bandeira de Afonso Henriques. Em coincidência horária com as solenidades de Guimarães, bandeira igual sobe nas tôrres dos castelos medievais portugueses; salva a artilharia nas praças e navios de guerra; repicam os sinos de tôdas as igrejas de Portugal imperial; alto-falantes, nos monumentos de arquitectura militar contemporâneos da fundação da nacionalidade, transmitem o discurso do Chefe do Governo. À noite representação dum auto comemorativo no claustro do paço dos Duques de Guimarães.

MAIO, 8.

Chegada do Chefe do Estado e elemento oficial a Braga, pela Citânia e Lanhoso. Missa de pontifical na Sé Primaz; visita aos túmulos de D. Teresa e do Conde D. Henrique; celebração do sexto centenário da batalha do Salado (1340) na capela da Glória. Sessão solene no antigo paço arquiiepiscopal de D. Diogo de Sousa: inauguração da Exposição Histórica de Tecidos e Paramentos. Partida para o Pôrto.

MAIO, 9.

Festa medieval do Pôrto. Visita à Sé: comemoração da concessão do foral pelo bispo Hugo (1123); evocação dos bispos fundadores. Sessão solene no Pálacio da Bôlsa, celebrando a criação da primeira bôlsa comercial no Pôrto (1293) e a sua reorganização pelo Rei D. João I (1387).

MAIO, 10.

Chegada a Coimbra. Cerimônia cívico-religiosa na igreja de Santa Cruz, perante os túmulos de Afonso Henriques e de Sancho I. Sessão solene na Sala dos Capelos comemorativa das Côrtes de Coimbra (1211) e da fundação da Universidade (Lisboa, 1290; Coimbra, 1308).

MAIO, 12 (Domingo).

Festa medieval de Lisboa. De manhã, romagem do povo à Sé e ao castelo de S. Jorge. De tarde, representação dum auto, ao ar livre, no castelejo. À noite, iluminações e danças populares.

MAIO, 13.

Inauguração da Exposição dos Primitivos Portugueses no Museu das Janelas Verdes.

MAIO, 14.

Preito da Universidade Técnica à memória de D. Diniz (política de valorização da terra, criação dos seguros comerciais); inauguração do monumento ao rei Lavrador.

MAIO, 15.

Partida para Beja. Romagem ao local tradicional da batalha de Ourique (próximo de Castro Verde): inauguração do padrão comemorativo. Partida para Faro.

MAIO, 16.

Festa provincial do Algarve. Sessão solene comemorativa da tomada de Faro (1249) e do quarto centenário da sua elevação a cidade (1540).

MAIO, 17.

Festa do Mar, em Lagos e Sagres. Glorificação do Infante e dos navegadores do ciclo henriquino. Alocução por Sua Eminência o Cardial Patriarca; benção do Mar e do Império, do alto do rochedo de Sagres. Os vasos de guerra portugueses passam, salvando, na baía de Lagos, em frente das naus de D. João II e das caravelas do Infante, povoadas de marinheiros e homens de armas do século XV. Regresso a Lisboa.

MAIO, 18.

Abertura da Exposição Bibliográfica e Documental das Côrtes do Reino, na Assembleia Nacional. À noite, concêrto de gala: peça sinfônica inspirada na «Fundação»; reconstituição musical das poesias galécio-portuguesas dos séculos XII e XIII.

MAIO, 19.

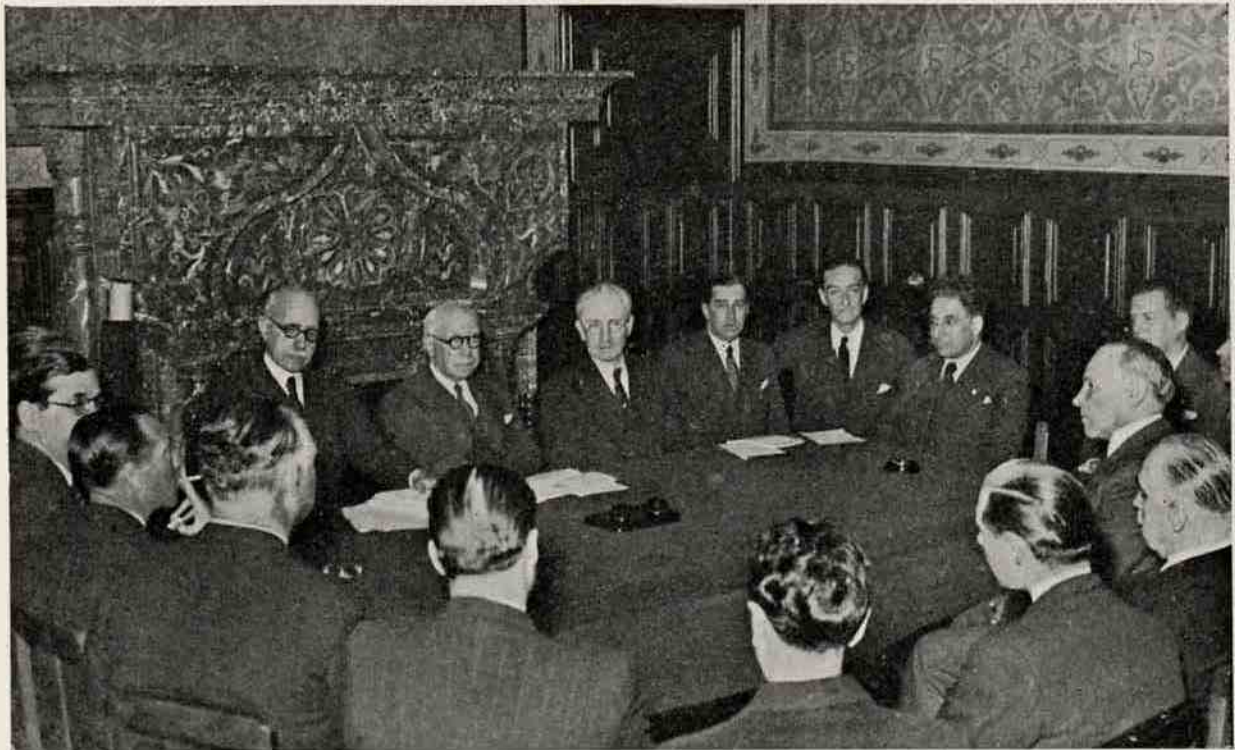
Grande Cortejo Histórico das Corporações, em Lisboa.

2.ª ÉPOCA

28 DE MAIO A 14 DE JULHO

MAIO, 28.

Comemoração da data nacional de 28 de Maio e Festa do Trabalho, no Pôrto. Grande Cortejo do Trabalho. À noite, acto solene de abertura do Congresso das Corporações.



A COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS OUVINDO A LEITURA DO PROGRAMA-CALENDÁRIO DAS CELEBRAÇÕES DE 1940, QUE FOI FEITA PELO SR. DR. JÚLIO DANTAS, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

MAIO, 29.

Inauguração da Exposição da Obra de Soares dos Reis, no Palácio das Carrancas. Regresso do elemento oficial a Lisboa.

JUNHO, 2 (Domingo).

Inauguração da Semana Olímpica. Concurso hípico internacional.

JUNHO, 7.

Reunião, em Lisboa, da Aliança Internacional de Turismo.

JUNHO, 8 e 9 (Domingo).

Festa provincial do Ribatejo. A cavalgada dos campinos acompanha o Chefe do Estado e comitiva na sua entrada em Santarém. Exposição etnográfica; parada agrícola-pecuária.

JUNHO, 10.

Dia de Camões. Preito da mocidade de tôdas as escolas ao grande poeta nacional. À noite, sessão solene na Academia das Ciências: festa da língua portuguesa.

JUNHO, 12.

Iluminações e arraiais nos bairros da Lisboa antiga.

JUNHO, 13.

Dia de Santo António. Romagem ao local tradicional em que nasceu o grande Santo português. À noite, representação, no adro da Sé de Lisboa, duma obra hierática comemorativa. Festa provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro: exposição e cortejo etno-foleórico; feira e parada agrícola. Circuito automobilístico internacional de Vila Real.

JUNHO, 15.

Inauguração solene da Exposição do Mundo Português.

JUNHO, 16 (Domingo).

Abertura da Exposição ao povo.

JUNHO, 20.

Inauguração do Congresso da Imprensa Latina. À noite espectáculo de bailados populares portugueses.

JUNHO, 21.

Recepção de credenciais das embaixadas extraordinárias e missões diplomáticas estrangeiras no Palácio de Belém. Visita oficial à Exposição.

JUNHO, 22.

Exaltação do esforço de Portugal no Mundo: cerimónia cívico-religiosa na igreja dos Jerónimos. Serão manuelino na Torre de Belém.

JUNHO, 23 (Domingo).

Festa no Tejo. Cortejo fluvial: passam as naus e caravelas portuguesas dos séculos XV e XVI; os bergantins reais; a representação de todos os barcos de pesca da costa de Portugal; as embarcações coloniais e ribeirinhas. Desfile nocturno dos barcos iluminados. As tripulações cantam. Da nau de D. João II eleva-se o grande coral da Fé. Fogo de artifício.

JUNHO, 24.

Marchas populares dos velhos bairros de Lisboa. Festas provinciais do Minho, em Braga, e do Alto Alentejo, em Évora (S. João).

JUNHO, 25.

Serenim do século XVIII, nas salas e jardins do Palácio de Queluz, oferecido ao Corpo Diplomático e missões estrangeiras. Execução de música setecentista portuguesa (orquestra de câmara e cravo). Representação, ao ar livre, de cenas duma comédia do tempo.

JUNHO, 26.

Revista naval. Banquete ao Corpo Diplomático e missões estrangeiras, no Palácio da Ajuda.

JUNHO, 27.

Abertura do Congresso da Federação das Sociedades de Escritores e Compositores Teatrais. Representação de autos e farças de Gil Vicente.

JUNHO, 28.

Tourada do século XVII, na Junqueira. Desfile dos coches. Entremeses e danças populares.

JUNHO, 29.

Festa de S. Pedro. Concurso e prémios aos ranchos populares lisboetas.

JUNHO, 30 (Domingo).

Repetição da tourada seiscentista, para o povo.

JULHO, 1.

Sessão solene inaugural do Congresso do Mundo Português, no Palácio da Assembleia Nacional (à noite).

JULHO, 2.

Abertura da Exposição de Cartografia Portuguesa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Partida do elemento oficial para o Pôrto.

JULHO, 3.

Sessão solene na Universidade do Pôrto: abertura dos trabalhos da secção pré e proto-história do Congresso do Mundo Português. Inauguração da Exposição de Barroco, no Pálacio das Carrancas. Baile no Pálacio da Bôlsa.

JULHO, 4.

O elemento oficial e os congressistas iniciam o percurso histórico-turístico do Norte: Leça do Bailio, Barcelos, Viana do Castelo, Arcos de Valdevez (recontro, 1140?), Ponte da Barca, Braga, Guimarães (S. Mamede, 1128), Paço de Sousa, Feira e Coimbra.

JULHO, 6 e 7 (Domingo).

Festas da Rainha Santa, em Coimbra. Sessão solene na Sala dos Capelos: abertura dos trabalhos das secções do Congresso do Mundo Português que funcionam na Universidade. Inauguração da Exposição de Ourivesaria. Festa provincial da Beira Litoral.

JULHO, 8.

Início do percurso histórico-turístico do Centro: Pombal, Leiria, Batalha, Tomar, Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos, Santarém, Lisboa. Durante o percurso realizam-se vários actos e solenidades: em Tomar, inauguração do monumento a Gualdim Pais e reunião dos titulares da Ordem Militar de Cristo no claustro grande; em Leiria, comemoração das Côrtes de 1254, em que pela primeira vez teve voz o povo; na Batalha, romagem ao campo de Aljubarrota (1385); em Alcobaça, representação dum acto da *Castro*, de António Ferreira, no adro da igreja abacial.

JULHO, 10.

Prosseguem em Lisboa os trabalhos do Congresso do Mundo Português. À noite, na Sociedade de Geografia, sessão solene de abertura do Congresso Colonial.

JULHO, 13.

Banquete de encerramento dos Congressos, no Pálacio da Pena, em Sintra.

JULHO, 14 (Domingo).

Grande Cortejo Imperial do Mundo Português.

PERÍODO INTERMÉDIO CORRESPONDENTE
ÀS FÉRIAS

3 DE AGOSTO A 4 DE OUTUBRO

AGOSTO, 3 a 5.

Regatas Internacionais na Figueira da Foz.

AGOSTO, 10 a 12.

Festa provincial do Baixo Alentejo, em Beja.



*PAVILHÕES DOS PORTUGUESES DO MUNDO, DE PORTUGAL 1940
E DO BRASIL NA «EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES»*

AGOSTO, 14.

Rememoração de Nun'Alvares, na igreja do Carmo, em Lisboa.

AGOSTO, 15 a 29.

Congresso Internacional da Mocidade. Acampamento, em Lisboa, de delegações de jovens de todos os países em que a mocidade se encontra organizada pelo Estado, ou possui características nacionais (Portugal, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália, Roménia, Polónia, Hungria e Grécia), torneios desportivos; reunião dos chefes para versar problemas de formação, de educação e de política pedagógica.

SETEMBRO, 4.

Sessões inaugurais das Conferências internacionais de telefonia e de telegrafia. Concerto no Teatro de S. Carlos.

SETEMBRO, 8 (Domingo).

Circuito automobilístico internacional do Estoril.

SETEMBRO, 12.

Acto solene de abertura do Congresso de Ciências da População, na Universidade do Pôrto (à noite).

SETEMBRO, 15 (Domingo).

Inauguração, no Pôrto, da Exposição Etnográfica do Douro-Litoral. Festa das Colheitas. À noite, espectáculo de gala.

SETEMBRO, 16.

Partida para Viseu. Festa provincial da Beira Alta. Início do circuito histórico-turístico da Beira: Lamego, Aguiar da Beira, Trancoso (batalha de 1385), Celorico, Guarda, Sabugal, Belmonte, Gouveia e Viseu.

OUTUBRO, 4.

Festa provincial da Beira Baixa, em Castelo Branco. Feira franca tradicional.

3.^a ÉPOCA

25 DE OUTUBRO A 2 DE DEZEMBRO

OUTUBRO, 25

Glorificação da Acrópole de Lisboa nas suas duas grandes datas históricas: 1147-1640. Festa histórico-militar.

OUTUBRO, 27 (Domingo).

Peregrinação popular aos monumentos e lugares lisboetas da Restauração.

OUTUBRO, 28.

Abertura solene do Congresso Luso-Brasileiro de História (à noite).

OUTUBRO, 29.

Festa do Brasil na Exposição do Mundo Português. Espectáculo de gala: *Frei Luiz de Sousa*.

OUTUBRO, 30.

Romagem dos congressistas brasileiros à igreja da Graça, de Santarém, onde repousa Pedro Álvares Cabral. Leitura, junto à campa do Descobridor, de trechos da carta de Pero Vaz de Caminha.

OUTUBRO, 31.

Homenagem à memória do padre António Vieira: reconstituição do Sermão das Quarenta Horas, prègado há três séculos pelo grande orador (1642) no púlpito da igreja de S. Roque.

NOVEMBRO, 1.

Festa em Mafra. Concêrto pelos carrilhões.

NOVEMBRO, 3 (Domingo).

Partida do elemento oficial e dos congressistas para a romagem histórico-turística do Alentejo: Palmela (reunião, no castelo, dos titulares da Ordem Militar de Santiago); Setúbal; Évora (sessão comemorativa do movimento de 1637, na sala dos actos da velha Universidade); Borba (batalha de Montes Claros, 1665); Extremoz; Ameixial (1663); Aviz (reunião dos titulares da Ordem Militar de Aviz), Crato (Flor da Rosa); Fronteira (batalha dos Atoleiros, 1384); Elvas (batalha das Linhas de Elvas, 1659); Vila Viçosa. São inaugurados, durante o percurso, os padrões das grandes batalhas.

NOVEMBRO, 6.

Inauguração da estátua eqüestre de D. João IV no Terreiro do Paço de Vila Viçosa. Cortejo histórico-militar. Visitas evocativas da estirpe ducal de Bragança: sala de armas do Castelo; sala dos Duques; igrejas — panteões dos Agostinhos e de Santa Clara.

NOVEMBRO, 7.

Prósseguem em Lisboa os trabalhos do Congresso Luso-Brasileiro de História. Abertura da época de ópera no Teatro de S. Carlos.

NOVEMBRO, 9.

Sessão de encerramento do Congresso. Banquete aos congressistas, no Estoril.

NOVEMBRO, 10 (Domingo).

Sessão solene, no Museu de Artilharia, comemorativa dos grandes chefes militares da Restauração. O Chefe do Estado é escoltado, desde o Palácio de Belém, por um esquadrão de Cavalaria portuguesa de Montes Claros e das Linhas de Elvas.

NOVEMBRO, 14.

Inauguração da Exposição Bibliográfica da Restauração, na Biblioteca Nacional.

NOVEMBRO, 17 (Domingo).

Acto de escritura pública, ao estilo do século XVII, da doação do Palácio dos Condes de Almada ao Estado pela colónia portuguesa do Brasil. Cerimónia da entrega das chaves do Palácio pelos representantes da Colónia, ao Governo Português. Posse do edifício pela Mocidade Portuguesa e pela Sociedade Histórica da Independência.

NOVEMBRO, 21.

Sessão solene na Academia das Ciências de Lisboa: comemoração da obra dos diplomatas e dos juriconsultos da Restauração.

NOVEMBRO, 24 (Domingo).

Festa de saudação à colónia portuguesa do Brasil e a todos os núcleos de portugueses dispersos pelo Mundo.

NOVEMBRO, 25.

Inauguração do Museu da Restauração, no Palácio dos Condes de Almada.

NOVEMBRO, 28.

Preito das mãis portuguesas e da Mocidade Portuguesa Feminina às mulheres ilustres da Revolução de 1640. Espectáculo de gala, no Teatro Nacional: *Filipa de Vilhena*, de Garrett (um acto); *Fidalgo Aprendiz*, de D. Francisco Manuel de Melo (um acto); peça em um acto, comemorativa da Restauração.

NOVEMBRO, 30.

Festas populares no Largo de S. Domingos. Concêrto de gala em S. Carlos: obra sinfónica inspirada na Restauração de Portugal.

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS
- PAVILHÃO DE HONRA E PAVILHÃO DE LISBOA -

- ÂNGULO SUL DO PAVILHÃO DE LISBOA -



DEZEMBRO, 1 (Domingo).

Te-Deum na Sé de Lisboa. Chamada, em acto solene, no Terreiro do Paço, dos fidalgos que tomaram parte no movimento revolucionário de 1640. Ao ouvir-se o último nome, sôam os tambores, pífanos, clarins e timbales dos terços e dos esquadrões portugueses do século XVII; repicam todos os sinos; a artilharia trôa. Desfile das bandeiras da Restauração e dos estandartes dos Municípios, das Corporações, da Legião, da Mocidade Portuguesa perante o monumento dos Restauradores. À noite, espectáculo de gala no Teatro de S. Carlos: representação da ópera *1640*; execução de composições musicais de D. João IV e dos contrapontistas de Évora e de Vila Viçosa; dansas cortesãs e populares do século XVII.

DEZEMBRO, 2.

Encerramento das festas nacionais, por Sua Excelência o Presidente da República, na Câmara Municipal de Lisboa. À mesma hora, sessões solenes em tôdas as Câmaras Municipais de Portugal e do Império, embaixadas, legações e consulados portugueses. À tarde, repetição, da ópera *1640*, para o povo. À noite, grande fogo de artifício na cidade de Lisboa.

Lisboa, 5 de Maio de 1939.



CASTELOS DE PORTUGAL

LEIRIA E ÓBIDOS

Vai em breve Portugal comemorar condignamente as datas históricas de 1139 e 1640.

Vem, pois, muito a propósito recordar, nesta Revista, ainda que, ligeiramente, alguns dos nossos velhos Castelos, sem dúvida, os mais evocativos padrões da independência de Portugal.

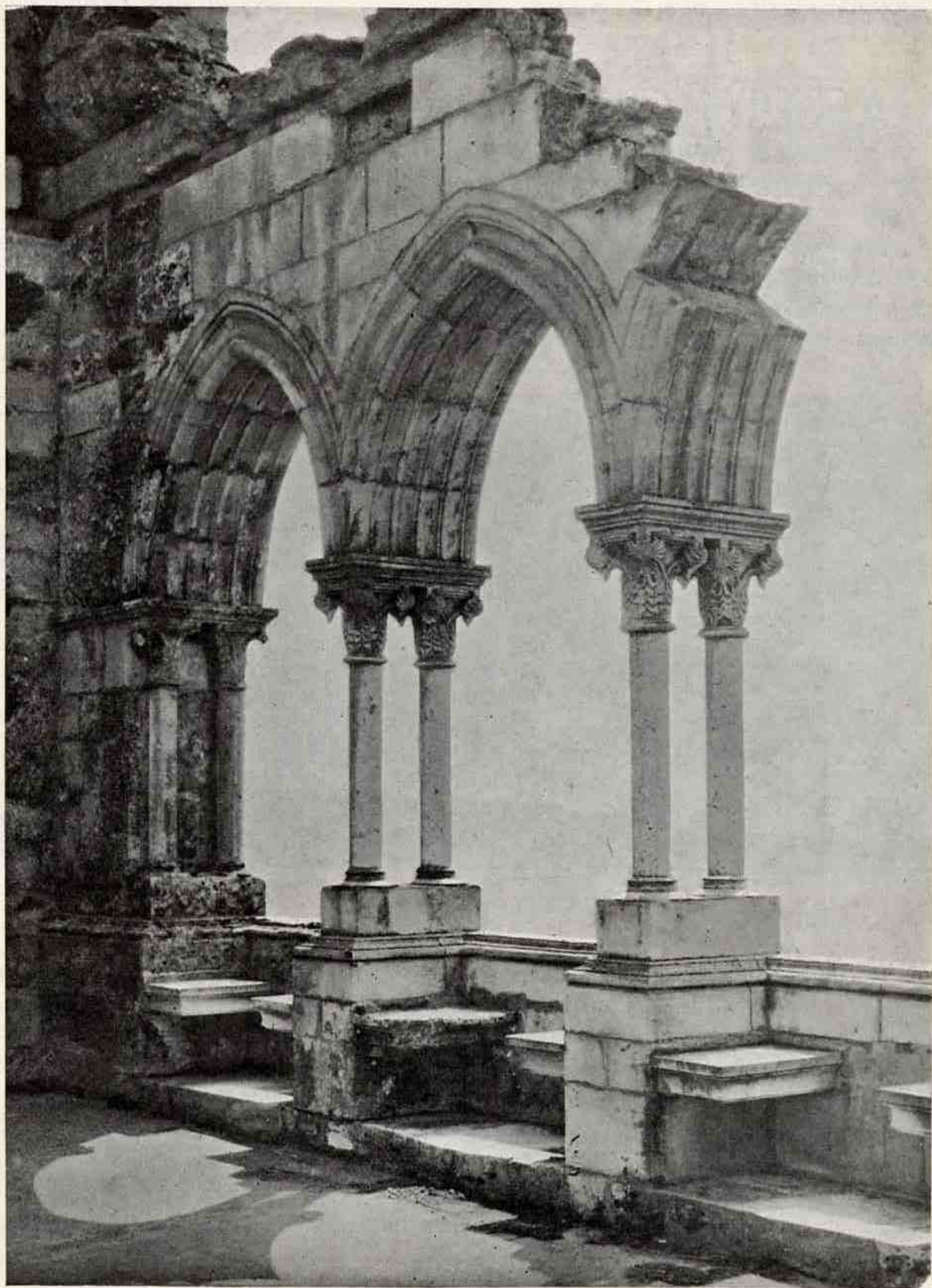


CASTELO DE LEIRIA

Na formação da nacionalidade, no alargamento do território e mais tarde em 1640, na nobre e solene reafirmação da nossa independência, tiveram muitos destes gloriosos monumentos militares uma acção activa e importante do mais alto significado patriótico.

Principiaremos esta série de artigos, referindo-nos a dois formosíssimos Castelos do distrito de Leiria, duas jóias de arquitectura militar medieval tão directa e intimamente ligados às glórias de Portugal.

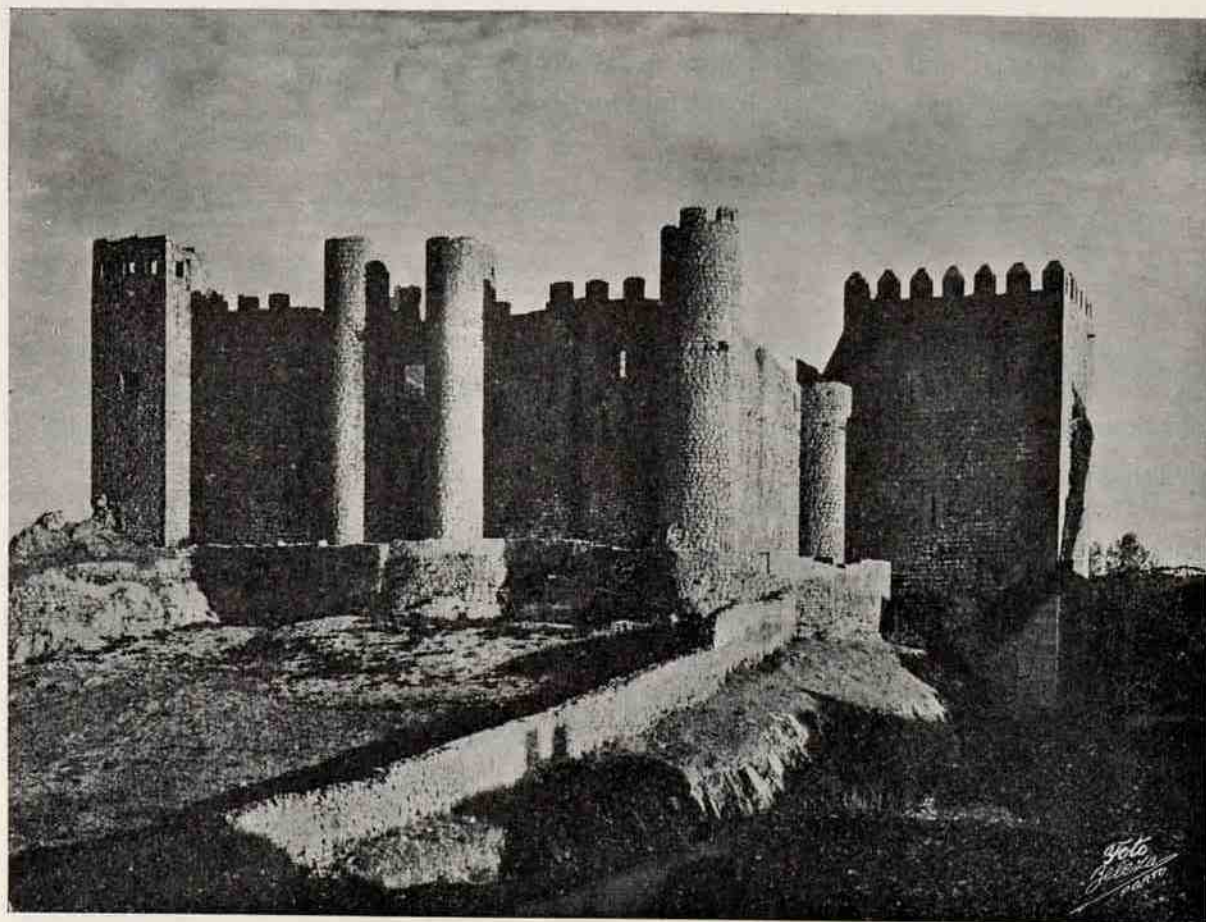
O de Leiria foi construído por D. Afonso Henriques, em 1135, com o fim de defender o caminho de Coimbra das invasões dos mouros e dali dirigir os seus ataques para as praças mais importantes do ocidente, desempenhando um papel de relêvo no plano de conquista do primeiro Rei de Portugal.



RUINAS DE UM VARANDIM NO CASTELO DE LEIRIA

Aproveitando a ausência de D. Afonso Henriques em 1137 e 1140, em terras da Galiza, duas vezes êste Castelo foi tomado pelos moiros, a-pesar da heróica defesa do seu primeiro alcaide Pais Guterres, que não pôde resistir às violentas investidas da moirama, a quem tanto affligia a incômoda vizinhança desta fortaleza que pela sua posição estratégica e dominadora tanto dificultava a acção dos aguerridos inimigos dos Cristãos.

Mas qualquer destas investidas não deixaram de ser castigadas com energia, porque



CASTELO DE ÓBIDOS

o valoroso D. Afonso se apressou a descer até Leiria, para reprimir a audácia dos seus inimigos.

Duas vezes no curto espaço de três anos foi êste Castelo tomado e retomado pelo esforço heróico e persistente dos portugueses. Mas, além dêstes, outros episódios históricos se desenrolaram à sombra destas vetustas muralhas, em que foi experimentado o valôr da raça portuguesa.

O Castelo de Leiria, teatro de denodadas acções, é um dos mais encantadores não só pela sua posição no alto de uma penhascosa elevação, mas também pela imponência da sua grandeza e pelo característico da sua construção.

Numerosos são os escritores e historiadores estrangeiros (1) que se têm referido elogiosamente a êste monumento onde encontramos vestígios de três tipos de arquitectura: civil, militar e religiosa.

Dentro do Castelo existem as ruínas da igreja de Nossa Senhora da Penha e do antigo paço real que nos revelam ainda a beleza destas construções, e dominando todo êste conjunto sobressai, notavelmente, a admirável tórre de menagem mandada edificar por D. Diniz, e donde se disfruta um vasto e encantador panorama.



Entre os exemplares das fortalezas medievais, não podemos deixar de citar, como um dos mais belos, o antiqüíssimo castelo de Óbidos que D. Afonso Henriques conquistou aos moiros em 1148, depois da tomada de Lisboa, em continuação do seu plano de conquistas.

Constituiu esta fortaleza um forte abrigo para a povoação que se instalou à sombra das suas muralhas, como também um campo de operações para os portugueses.

A acção heróica desta vila, na admirável resistência ao assédio do Conde de Bolonha, e a sua fidelidade a D. Sancho, mereceram-lhe o ser justamente galardoada com o título de sempre leal.

Devia o Castelo de Óbidos ter recebido as suas primeiras reparações ainda no tempo de D. Afonso Henriques, apoz a sua conquista, e a D. Sancho se atribue a construção da tórre albarrã, mas as obras de maior vulto são dos reinados de D. Diniz, D. Fernando e D. Manuel.

É êste Castelo uma das mais típicas construções militares medievais, que despertam vivo interêsse sob o ponto de vista pitoresco, arqueológico e histórico, merecendo ser conservado como elemento de estudo e como gloriosa lembrança do passado.

E aqui ficam, muito resumidamente, algumas notas sôbre êstes dois monumentos militares, que são, incontestavelmente, dois padrões de recordações históricas de invulgar beleza e de grande poder evocador.

JORGE LARCHER

(1) Entre outros podemos citar: A. Germond de Lavigne, Walter Watson, James Murphy, M. Link, Giner de los Rios, A. Raczynski, Pero Lopez Ayala, Schaeffer, Agnes M. Goodoll, Ferdinand Denis, etc.

L E G I S L A Ç Ã O

DECRETO-LEI N.º 29.597

A Comissão Nacional dos Centenários, nomeada por portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938, e mantida pelo disposto no artigo 1.º do decreto-lei n.º 29.087, de 28 de Outubro do mesmo ano, resolveu, em sua sessão de 4 do corrente, apresentar ao Governo o pedido da sua dissolução, visto que, tendo sido fixado, sob proposta da comissão executiva, criada pelo artigo 6.º do mesmo decreto-lei, o programa definitivo das comemorações do duplo centenário, não só considera praticamente extintas as suas principais atribuições, como ainda se dá a circunstância de a comissão executiva ser constituída pela maioria dos seus membros.

Atendendo a que o programa estabelecido para as comemorações não perderá o seu carácter de definitivo, mesmo que, impostas pelas circunstâncias, nêle hajam de ser introduzidas quaisquer alterações acessórias e de pormenor e que, portanto, assim fica assegurada desde já, como era essencial, a unidade do pensamento político e cultural das comemorações, a que se refere o n.º 1.º do artigo 3.º do citado decreto-lei n.º 29.087; e

Considerando que a comissão executiva tem tóda a autoridade e competência para velar pela execução fiel dêsse programa;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É dissolvida a Comissão Nacional dos Centenários, nomeada por portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938, e confirmada e mantida pelo artigo 1.º do decreto-lei n.º 29.087, de 28 de Outubro do mesmo ano.

Art. 2.º — São mantidas à comissão executiva, criada pelo artigo 6.º do mesmo decreto, as atribuições que por êste lhe foram conferidas e são para ela transferidas as que pelo disposto nos artigos 2.º e 3.º pertenciam à Comissão Nacional dos Centenários.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1939. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa —

Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

DECRETO-LEI N.º 29.620

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — A fim de ser presente nas comemorações centenárias e de constituir posteriormente elemento do Museu de Marinha, o Ministério da Marinha mandará construir, com dispensa das formalidades legais, um navio que seja a mais documentada reconstrução conjectural da nau *S. Gabriel* que sob o comando de Vasco da Gama realizou a primeira viagem marítima à Índia.

Art. 2.º — É criado no capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada», artigo 24.º «Construções e obras novas», do orçamento do Ministério da Marinha para 1939 o n.º 2) «Construção e aparelhamento da nau *S. Gabriel*, reconstrução da que sob o comando de Vasco da Gama realizou a primeira viagem marítima à Índia», com a dotação de 400.000\$00.

Art. 3.º — No n.º 1) do citado artigo 24.º e no capítulo 9.º «Arsenal do Alfeite», artigo 271.º «Material e outras despesas», do mesmo orçamento é anulada a importância de 400.000\$00 devendo igual anulação ser feita na verba de 26.000.000\$00 inscrita no capítulo 7.º, artigo 183.º, do Orçamento geral das receitas do Estado para o corrente ano económico.

Art. 4.º — O Ministro da Marinha nomeará pessoa de reconhecida competência em assuntos de arqueologia naval para acompanhar a construção e arbitrar-lhe-á uma gratificação, a pagar por conta da referida verba.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Maio de 1939. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

REVISTA DA IMPRENSA

IMPRENSA PORTUGUESA

A-propósito da participação do Brasil nas Festas do Duplo Centenário de 1940, publicou no «Diário de Notícias», de 19 de Abril último, o ilustre escritor Sr. Embaixador Dr. Alberto de Oliveira, o notável artigo que a seguir transcrevemos:

«Quanto deploro que a minha cada vez mais frágil saúde me não permita atravessar de novo o Atlântico, para corresponder ao afectuoso e honroso apêlo dos meus compatriotas do Rio de Janeiro, e ir levar-lhes, assim como aos meus amigos brasileiros, uma palavra de affecto e de saúde! Nenhuma ocasião seria melhor que esta, em que lá como aqui nos preparamos todos para celebrar, em comunhão estreita como nunca, as duas datas gloriosas, que nos são comuns, de 1140 e de 1640 — aquela em que nascemos e aquela em que renascemos! Sem haver Portugal não teria havido Brasil, embora o território hoje ocupado por essa nação viesse um dia a ser colonizado por outros povos. E a fidelidade que o Brasil nos guardou de 1580 a 1640, e a grande parte que connosco tomou na sua total libertação de quaisquer domínios estrangeiros, altamente contribuíram para o restabelecimento da integridade e da independência de Portugal. Por isso disse e redigo que há no mundo moderno, mãe única e filho único, duas Nações portuguesas. E ao dizer *mãe única*, não esqueço que o Brasil teve três amas, a cujos peitos se amamentou — a lusitana, a índia e a africana — e com cujo leite se formou o seu sangue. Mas, se as três amas o criaram, só uma o concebeu e deu à luz, depois de milênios de trevas incógnitas: só essa é, tanto fisiológica como espiritualmente, a sua mãe. Há Brasileiros dessas três origens, e de outras ainda: Brasil há só um, e é aquele que nos deveu o ser, a inteligência, a alma, a língua, e que delas colheu, no dia próprio, a independência.

Há 21 anos que deixei o Rio de Janeiro, depois de quasi cinco de residência felicíssima entre Portugueses e Brasileiros, apesar do calor e o trabalho terem feito graves estragos na minha saúde. Não houve, na minha longa carreira, época mais activa nem mais fecunda que essa. Senti como poucas vezes, que a minha palavra tinha algum eco e algum préstimo a minha acção. Ao desembarcar no cais Mauá encontrei uma dúzia de patricios humildes a esperar-me, pois a quasi totalidade da colónia es-

lava, depois da mudança de regime, divorciada das autoridades portuguesas. Mas quando me despedi do Brasil encontrei no mesmo cais tal multidão de Brasileiros e de Portugueses — aqueles com o grande Rui Barbosa à sua frente, estes, com todo o seu estado maior monárquico ou republicano — que o paquete teve de demorar a sua partida para eu romper a massa dos meus amigos e poder embarcar. Não recordo estes factos por vaidade, mas por gratidão. De que matéria inerte seria feito o meu coração se os não recordasse?

A-pesar dos meus absorventes afazeres officiais, convivi no Rio com toda a gente — patricios, sociedade brasileira, mundo político e financeiro, circuitos jornalísticos e literários — e essa incomparável cidade ficou-me sendo muito mais familiar que a própria Lisboa, de que estive ausente tantos anos, e que tanto mudou na minha ausência. Para se fazer idea do meu dinamismo, ou como lhe queiram chamar, basta dizer que se chegou a propôr-me visitar, rua a rua, cada firma portuguesa, tarefa de que tive de desistir, tal a sua amplitude, mas não sem a haver tentado. Com os chefes políticos de então privei desde as primeiras horas, e algumas páginas de memórias espero um dia consagrar aos meus contactos assíduos com Pinheiro Machado, que era então qual vice-rei do Brasil, com o senador Azere-do, com Lauro Muller, com Nilo Pessanha, com Rui Barbosa, meu amigo desde a conferência da Haia, e verdadeiro Pão de Açúcar número dois, no horizonte intellectual, da capital brasileira. Os meus confrades nas letras, a começar pelo meu querido e glorioso homónimo ou xará, como lá se diz, tão efusivamente me acolheram, que menos de um mês depois de chegar fui surpreendido pela minha eleição para a Academia Brasileira, como um dos seus dez sócios portugueses, na vaga aberta pela morte do nosso emittente filólogo Gonçalves Viana.

Vinte e um anos rolaram sobre aqueles dias do Rio, de Petropolis e de Teresopolis, sobre a minha viagem sentimental a Oiro Preto e a S. João de El-Rei, que foi uma das maiores comoções da minha vida, sobre aquelas horas de felicidade que me vinham de ouvir, a tão longa distância de Portugal, falar a nossa língua, fulgir a nossa história, ressuscitar a nossa alma, numa cidade esplêndida, numa nação sem fim, certa do seu futuro e ávida de atingi-lo, enchendo já a América com a sua massa potente e a sua inteligência, vitalidade e patriotismo

irredutível. Nunca me senti tão orgulhoso de ser Português como ao contemplar com os meus olhos essa realidade — e não apenas relíquia — da nossa História, que é o Brasil. Nunca senti tão bem que não há mais duradoiras páginas na nossa existência nacional, e que mais tinham de vir ainda a influir nela, parecendo-me que era dever de nós todos visitar esse desdobramento formidável do dualismo ibérico, essa projecção colossal de nós mesmos, que é e será a Nação brasileira, quaisquer que sejam as suas mudanças e evoluções no rumo americano.

Depois de tanto tempo, muitos dos meus amigos do Brasil morreram e outros talvez se esquecessem de mim. Mas a todos os vivos me dirijo, em união com os meus compatriotas de lá e de cá, para lhes pedir que tenham bem presente o altíssimo e até novíssimo significado da participação do Brasil nas festas do Duplo Centenário. Vejo nos jornais que acaba de ser entregue oficialmente ao Governo do Rio o nosso convite para essa participação: mas ninguém ignora que tal convite foi feito desde a primeira hora, pela nota officiosa do Senhor Presidente do Conselho, de que até me consta ter sido dado conhecimento prévio ao Embaixador do Brasil em Lisboa, o meu eminente amigo dr. Araújo Jorge. E em que termos sem precedentes se fez esse convite! O Dr. Salazar, tão sóbrio em palavras, consagrou-lhe longo parágrafo e acentuou que «seja qual fôr a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil». Pediu-lhe «que nos ajude a fazer as honras da casa e que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas que como da família, a par de nós, acolha as homenagens que o Mundo nos deve e nos trará nessa ocasião».

Tão excepcionais dizeres obrigam-nos a nós, mas suponho que obrigam também os Brasileiros. Queremos ver o Brasil em Portugal, tão completo em qualidade e quantidade quanto possa ser. Queremo-lo conhecer melhor na sua história, na sua natureza, na sua cultura política e social, literária e artística, no seu corpo e na sua alma. Traga-nos, embora só através de reproduções magníficas e de eloquentes conferências, as maravilhas da sua paisagem, a majestade das suas florestas e rios, o encanto das suas cidades antigas e modernas, a opulência dos seus engenhos e fazendas, a obra dos seus artistas e dos seus sábios. Traga-nos o vasto e aqui mal conhecido documentário da sua acção diplomática americana, que todo o Mundo Novo

admira tanto como admirou outrora a portuguesa. Traga-nos a iconografia dos seus maiores homens de Estado, generais e almirantes, poetas e prosadores, tanto os da época colonial como os do Império e da República. Não deixe de pôr diante dos nossos olhos, freqüentemente ignorantes, o que foram e valeram essas três grandes figuras contemporâneas — Joaquim Nabuco, Rio Branco e Rui Barbosa — a todas as quais as nossas letras, a nossa língua e a nossa História tanto devem. Mostre-nos em imagem aquelas fortalezas do longínquo e ainda hoje pouco acessível interior, com que desde cedo foi delimitado o Brasil, saltando audazmente — graças à epopeia dos bandeirantes — por cima das barreiras do tratado de Tordesilhas. Ensine-nos melhor a lembrar a famosa batalha dos Guararapes, que é a Aljubarrota brasileira, e onde o triplo e uno Brasil de então — luso, índio e africano —, cada qual com chefes heróicos, varreu para sempre a dominação holandesa. E diga-nos o que foi o brilho e prestígio do Império na América ibérica ainda então quasi amorfa, o que foi a cultura do seu Parlamento inspirado nos melhores moldes britânicos, e evoque para nós a figura universal do seu Imperador, que eu ainda vi no Porto, de posto, bem erecto na sua desgraça e exílio, e cujo retrato ornou desde então a minha mesa de estudante.

Sabe o Brasil melhor do que eu o que há-de trazer-nos para podermos seguramente dizer que *cá esteve* e não se fez apenas representar protocolarmente. Mas não me levarão a mal os Brasileiros que eu lhes exponha nestas linhas algumas das minhas aspirações e que lhes diga também para terminar, e invocando a nossa por vezes atribulada experiência dos últimos meses, QUE NÃO HÁ TEMPO A PERDER para estarmos todos prontos na data marcada.

Sobre o mesmo motivo, também o distinto escritor João Ameal publicou no «Diário da Manhã» de 22 de Abril o seguinte artigo, que gostosamente arquivamos nestas páginas:

Foram extremamente significativas e merecem ser registadas com jubiloso alvoroço as palavras há pouco pronunciadas no Rio de Janeiro pelo dr. Oswaldo Aranha, Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Brasil, a-propósito da representação do seu país nas festas comemorativas do oitavo centenário da nacionalidade portuguesa. Quasi no início do seu discurso, afirmou o ilustre homem público:

— «Nunca, em toda a nossa existência de povo independente, deixámos de cultivar a mais viva afeição pelo povo de que descendemos, nem abdicámos do

nosso direito de participação no património indestrutível de serviços à civilização que constitui a epopeia lusitana».

E um pouco adiante, em complemento lógico destes períodos :

— «*A obra de colonização portuguesa neste país floceu sob as vistas das gerações do Brasil independente, e o testemunho dos grandiosos monumentos de arte, de defesa e, sobretudo, a herança de um admirável espirito de aliança de Norte a Sul, demonstram aos raciocínios mais exigentes o valor do povo português e a sua inigualável capacidade como disseminador de civilizações».*

Quem recorda as prodigiosas glórias do nosso passado e medita acérrca do *espirito de missão* (segundo a bela fórmula de Eugénio d'Ors) que presidiu sempre ao nosso estôrço histórico — deve, sem dúvida, ver nas esplêndidas homenagens do dr. Oswaldo Aranha um puro acto de justiça. Mas, tanto aos homens como aos povos, raro se presta a justiça devida. E isto é um motivo a mais para sublinharmos com gratidão inequívoca o depoimento do eminente estadista brasileiro.

Fala, noutro lugar, o dr. Oswaldo Aranha da «*Solidariedade verdadeiramente familiar*» que une as duas Pátrias separadas pelo Atlântico. Ontem mesmo, um telegrama do Rio vinha dar novo testemunho de como essa solidariedade é viva e actuante: noticiava que fôra unanimemente aprovado, no Conselho de Imigração e Colonização, um texto pelo qual se consideram os portugueses excluídos de qualquer restrição numérica quanto à sua entrada no Brasil. Esta medida, tão simpática para nós, representa, aliás, a conseqüência normal de outra passagem do discurso do dr. Oswaldo Aranha :

— «*A ininterrupta imigração portuguesa continuou a fortalecer a fisionomia brasileira de tal modo que, nesta hora, constatamos com tranqüilidade que temos mantido integros os caracteres fundamentais da nossa Pátria com um grande poder de absorção, realizando, ao inverso, o episódio bíblico da Torre de Babel. E' assim que a língua portuguesa, o costume português e o próprio sentimento português têm sido denominador comum na formação facial brasileira».*

Assim se reforça ainda uma vez, nas mais sólidas bases, a exemplar fraternidade que existe entre o Brasil e Portugal. Ao nosso lado, nas festas do próximo ano, cujo significado é tão amplo e tão profundo, a jóvem Pátria brasileira virá atestar o poder criador da gente portuguesa, o alcance universalista da sua acção e do seu estôrço. Tradições comuns, a mesma língua, iguais conceitos do homem e da vida criam entre portugueses e brasilei-

ros elos indestrutíveis, que nada conseguiu nem conseguirá quebrar. Por isso lemos também com alegria e prazer essa frase de cortesia gentilíssima do dr. Oswaldo Aranha :

— «*O Brasil irá a Portugal no momento em que este festeja os seus 800 anos de idade e os nossos 300 anos de Restauração — ajudar a fazer as honras da casa».*

IMPrensa BRASILEIRA

Entre os jornais da grande Nação irmã, que pela sua fervorosa propáganda das Comemorações Centenárias mais se têm distinguido, justo é destacar o diário do Rio de Janeiro *Correio Português* — órgão da colónia portuguesa do Brasil, que nas suas páginas tem publicado, não só todo o noticiário que diz respeito às festas a celebrar, mas ainda continuamente transcreve os mais notáveis artigos aparecidos na imprensa portuguesa, a-propósito de tão grandioso acontecimento.

Com um perfeito sentido dos seus deveres patrióticos, muito para louvar é a atitude do *Correio Português*.

Ainda sobre os Centenários, publicou o importante Diário Carioca, da mesma cidade, num dos seus últimos números, a seguinte local, que temos o prazer de transcrever nestas páginas :

«Os festejos comemorativos dos Centenários de Portugal que se realizarão em Lisboa vão receber a adesão do governo brasileiro. Um telegrama de Lisboa já anunciava que o sr. Júlio Dantas, um dos membros da comissão organizadora daquêles festejos, comunicou «a intenção do governo brasileiro de se associar de maneira brilhante às festas de 1940, contribuindo assim para a valorização do passado histórico, património comum às duas nações irmãs, tão intimamente ligadas pelos laços de raça, tradição e língua. A forma de participação do Brasil — acrescentou o sr. Júlio Dantas — não será publicada senão quando o governo brasileiro julgar conveniente».

Sabemos, entretanto, que não sómente o governo brasileiro se associará às comemorações centenárias da gloriosa terra lusitana. Várias associações literárias e culturais do país comparecerão áquelas comemorações. Podemos, mesmo, adiantar que o Instituto Brasileiro de Cultura enviará várias monografias e trabalhos históricos de autoria dos seus membros.

Não se poderia compreender que os homens de inteligência do Brasil ficassem indiferentes. Portu-

gal foi o berço da nossa nacionalidade. Dêle recebemos o influxo de uma civilização que soubemos honrar. Dêle recebemos o sangue, a religião, os sentimentos morais e a força construtora com que levantámos uma grande pátria. O nosso país prestigiando, de todos os modos, as comemorações que se levarão a efeito em 1940, cumpre um dever — um grande e sagrado dever de solidariedade e de gratidão.»

OUTROS PAÍSES

O «Paris-Midi» de 19 de Abril, num éco intitulado — «O Jardim dos Poetas», escreve :

«Portugal prepara, para a primavera de 1940, uma grande exposição que se estenderá entre o convento dos Jerónimos e o Tejo. Daí partiam os portugueses a bordo das naus das descobertas, depois de se haverem prostrado, no referido convento, para as suas orações. Uma porta monumental abrir-se-á sobre o rio, de onde se avistará uma grande estátua do Infante D. Henrique, projectando no céu, num feixe luminoso, estas duas palavras : *Mundo Português*.

Ver-se-á também, ancorado no Tejo, um dos barcos mercantes da linha da Índia, reconstituído nas suas dimensões e nas suas decorações. Mas haverá

também em Lisboa um jardim dedicado à poesia portuguesa : «O Jardim dos Poetas». Que lindo título para uma antologia !»

«Le Jour-Echo de Paris», no seu número de 23 de Abril, publica também, sobre o mesmo assunto, as seguintes palavras :

«Um pequeno País que tem o sentido da grandeza é Portugal. Os planos que a pouco e pouco têm sido revelados da sua exposição de 1940, em que se celebrará o seu oitavo centenário, partem de uma concepção magnífica da gloriosa pátria. Para tornar sensível o génio da raça e a sua projecção no mundo, os organizadores regressaram ao ponto histórico, o convento dos Jerónimos, onde os descobridores do Novo Mundo vinham orar antes de embarcarem nas suas caravelas.

«O lirismo português exprimir-se-á no «Jardim dos Poetas», que será, sem dúvida, uma reprodução do Choupal, o lugar mais romântico do mundo. Sob os salgueiros passam os estudantes, envoltos nas suas capas e trazendo sempre a sua guitarra pronta para uma serenata. A poesia portuguesa é rica de sombras dignas de habitarem este cenário e de vivos capazes de lhes prolongarem os acordes.»

NOTAS

NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

«Portugal, a completar oito séculos de história, aparece-nos rejuvenescido, com energias metódicamente aproveitadas.

O recente plano de estradas de turismo, a efectuar este ano pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, que no corpo de técnicos da Junta Autónoma de Estradas tem a garantia da sua perfeita execução, leva-nos em estradas largas a admirar a obra dos tempos, desde as serras brancas, que se confundem com as nuvens, até às areias douradas do ribamar.

Todo um país cheio de cor e pitoresco se abrirá aos forasteiros, primeiro, Portugal-jardim, partindo do Pôrto, subindo o Douro, encantados por entre escadarias triunfais de vinhedos, escalando as serranias do Marão, descendo entre povoados.

VÁRIAS

Seguindo pelo Litoral, passam lindas praias, cidades amenas, rios e quintas, até Viana, ao deslumbramento de Santa Luzia, ao rio Minho, limite.

Mas não se quebra o encanto ; seguem-se serranias, vales frescos, pinheirais e aldeias, hortas e pomares.

Arcos de Valdevez, Braga, a católica, Guimarães, berço da Nacionalidade, sucedem-se como um filme colorido.

Temos depois um grande centro : Portugal romântico, com Coimbra da razão fria ; do Choupal e do luar prateando a velha universidade. Segue-se o Vale do Vouga, cheio de magia ; Viseu e o Bussaco heróico ; e a Curfá elegante.

Da praia internacional da Figueira, vamos a Aveiro, onde o mar está casado com a terra.

Mais abaixo, Portugal-espírito, Fátima, a bênção divina, a grande assembleia das almas portuguesas, e a Batalha, guardando reis e príncipes, túmulo do

Soldado sem nome, todos do mesmo sangue e da mesma fé, todos dando a vida pelo bem comum.

Em redor, desde a Nazaré ao Ribatejo, desfilando povoados, castelos e conventos, igrejas, terras e jardins, num encanto sem fim.

Chegamos a Lisboa, Portugal-Império. Junto da velha e linda cidade, praias cheias de luz, serras românticas, Paços e matas reais estendem-se em anel e, passado o Tejo, a serra azul da Arrábida guardanos o portinho, jóia do nosso mar.

Resta-nos Portugal-independência, Minho dos Braganças, com os marcos definitivos de Ameixal e Montes-Claros, rodeando Evora, cheia de silêncio e de recordações, onde se ouvem os nossos passos e dizem ser a alma da mourama.

E no extremo, depois de horas de árida campina, encontramos o oásis luminoso, o Portugal-azul, o Algarve. Desde Sagres-imperial até Vila Real de Santo António, estende-se uma costa dourada.

É o reino do mar e do sol; a terra absurda de rochas de ouro e verde de flôres.

É a ponta da Europa vencendo o mar.

A idea magnífica do Govêrno, criando alguns e melhorando todos os circuitos de turismo do país, permitindo já, no limiar de 1940, quando comungarmos na alegria e no orgulho dos jubileus centenários, dizer aos visitantes, com simplicidade e a paz nos corações: «Eis o nosso lar, seja bem-vindo quem vier por bem».

As estradas de turismo acima referidas são as seguintes:

Lisboa, Sintra, Colares, Cascais e Lisboa.

Lisboa, Queluz, Mafra, Ericeira, Sintra, Cascais e Lisboa.

Lisboa, Cezimbra, Arrábida, Outão, Setúbal, Palmela e Lisboa.

Lisboa, Santarém, Tôrres Novas, Tancos (Almourol), Santa Cita, Tomar, Vila Nova de Ourém, Fátima, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nuzaré. Alcobaca, Caldas da Rainha e Lisboa.

Coimbra, Penacova, Luso, Mealhada, Aveiro, Mira, Figueira da Foz e Coimbra.

Luso, Viseu, S. Pedro do Sul, Albergaria-a-Velha, Mealhada e Luso.

Pôrto, Régua, Vila Real, Amarante, Alto da Lixa, Penafiel e Pôrto.

Pôrto, Viana do Castelo, Monção, S. Gregório, Arcos de Valdevez, Braga, Guimarães, Santo Tirso e Pôrto.

Evora, Redondo, Vila Viçosa (Palácio Ducal), Borba (Montes-Claros), Extremoz (Ameixal), Montemor-o-Novo e Evora.

Cabo de S. Vicente, Sagres, Lagos e Vila Real de Santo António.

Viseu, Mangualde, Guarda, Velhelhas, Manteigas, Gouveia, Mangualde e Viseu.

Coimbra, Ceira, Foz de Arouce, Louzã, Castanheira de Pera.

Figueiró dos Vinhos, Pontão, Penêla, Condeixa e Coimbra.

PROPAGANDA RADIOFÓNICA PARA O ESTRANJEIRO

A propagando radiofónica dos centenários da Fundação e Restauração de Portugal vai ser intensificada a partir do próximo dia 15 de Junho.

Diariamente, das 22 e 5 às 23 horas, serão emitidos programas de música popular portuguesa, pela estação C. S. W. 8., acompanhados de legendas e pequenas palestras, que constituirão interessante propaganda turística do nosso país. Estas palestras serão emitidas em espanhol, francês, inglês, italiano e alemão.

Às segundas, quartas e sextas-feiras de cada semana, o programa é dedicado, a partir do referido dia, à França e à Inglaterra, sendo os das terças-feiras, quintas e sábados consagrados à Itália e à Alemanha.

Aos domingos será emitida, conjuntamente com o programa de música portuguesa, uma palestra sobre os acontecimentos nacionais, em francês e inglês.

NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

«A-fim-de se assegurar a desejada concentração de esforços para o maior brilho da Dupla Comemoração Centenária da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, cujo programa oficial foi aprovado já por Sua Ex.^a o Presidente do Conselho, para se realizar entre 5 de Maio e 2 de Dezembro de 1940, o Sr. Ministro da Educação Nacional determinou que nos estabelecimentos dependentes do seu ministério todos os actos relativos à mesma celebração patriótica, com excepção dos de índole meramente preparatória, se realizem dentro daquêlê período.»



